ISSN: 2358-8829

PRÁTICAS DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Isadora da Silva Barbosa [1]
Maria José Guerra [2]

INTRODUÇÃO

A leitura e a interpretação textual ocupam posição central no ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que concorrem para a formação de sujeitos capazes de atribuir sentidos aos textos, produzir enunciados e atuar em diferentes esferas de comunicação social. Sob a perspectiva do letramento, a leitura não se restringe à decodificação do sistema de escrita, mas é concebida como prática social, indissociável dos contextos de uso da linguagem e da formação de uma postura crítica diante dos discursos que circulam na sociedade (SOARES, 2004). Nessa direção, atribui-se à escola a tarefa de ampliar o repertório de experiências leitoras dos estudantes, sobretudo em contextos marcados por trajetórias escolares desiguais e por condições de acesso à cultura escrita igualmente desiguais.

A formação de leitores, contudo, envolve desafios que ultrapassam o reconhecimento de palavras, visto que a compreensão textual requer a mobilização de conhecimentos prévios, a formulação de inferências e a construção de relações entre o texto, seu contexto de produção e a realidade do leitor. A heterogeneidade que caracteriza as salas de aula, expressa em diferentes níveis de aprendizagem e em necessidades educacionais específicas, demanda planejamento sistemático e estratégias de mediação que assegurem a participação de todos os estudantes. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) orienta o ensino de Língua Portuguesa com base em

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, isadorabarbosa.sb@gmail.com;
[2] Dra. em Educação (PPGE/UFPB), Profª Associada do DE/CEDUC/UEPB – Campus I e do PROFEI. Coordena curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – EEPEI/UEPB. E-mail: maria1000.guerra@gmail.com.

práticas de linguagem contextualizadas, que articulam leitura, escrita, oralidade e análise linguística/semiótica.

O trabalho com gêneros textuais torna possível aproximar as práticas escolares das situações de comunicação que circulam socialmente. Na perspectiva de Dolz e Schneuwly (2004), os gêneros constituem instrumentos para o ensino da linguagem, na medida em que favorecem o desenvolvimento da competência discursiva dos estudantes. A mediação docente, por sua vez, exige reflexão contínua sobre as necessidades dos estudantes e sobre as escolhas didáticas, de modo a articular teoria e prática (PIMENTA, 1999; FREIRE, 1996).

Este estudo tem por objetivo analisar práticas pedagógicas de leitura e interpretação textual no ensino de Língua Portuguesa em uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental, com vistas a identificar desafios do processo de ensino e aprendizagem e possibilidades de intervenção didática. A discussão toma como eixos a articulação entre alfabetização e letramento, o uso de gêneros textuais socialmente situados e a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, e foi desenvolvida em uma escola pública municipal de Campina Grande, Paraíba, designada neste estudo como escola-campo. O contexto investigado corresponde a uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental, composta por 28 estudantes com diferentes níveis de aprendizagem e trajetórias escolares. Essa heterogeneidade se expressa na presença de estudantes em distintas etapas do processo de alfabetização e de alunos com necessidades educacionais específicas, entre os quais aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Síndrome de Down.

A produção dos dados iniciou-se em setembro de 2025, por meio da observação participante das práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Língua Portuguesa. Os registros sistemáticos em diário de campo constituíram o principal instrumento de acompanhamento e contemplaram atividades de leitura, interpretação textual e produção escrita, bem como as interações discursivas entre a professora e os estudantes.

Consideraram-se, ainda, as atividades propostas em sala e as estratégias de mediação mobilizadas no processo de ensino e aprendizagem.

A análise dos dados assumiu caráter indutivo e interpretativo, com o propósito de identificar recorrências, desafios e possibilidades de intervenção nas práticas observadas, em diálogo com o referencial teórico. A identidade dos estudantes e da instituição foi preservada, sendo omitidos nomes e informações que possibilitem sua identificação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do letramento como prática social constitui um dos eixos centrais desta investigação. Soares (2004) distingue a apropriação do sistema de escrita da participação efetiva em práticas sociais de leitura e escrita, sem tratá-los como processos isolados. Para a autora, alfabetização e letramento são complementares, pois o domínio do código alfabético deve estar articulado aos usos sociais da língua em diferentes contextos e finalidades.

Nessa perspectiva, Kleiman (2005) destaca a escola como agência de letramento, responsável por promover interações com textos que considerem seus propósitos, interlocutores e contextos de circulação. A autora problematiza práticas que reduzem a leitura à decodificação e defende uma mediação que valorize os conhecimentos prévios dos estudantes e favoreça a construção de sentidos.

No ensino de Língua Portuguesa, os gêneros textuais possibilitam organizar situações didáticas relacionadas aos usos sociais da linguagem. Dolz e Schneuwly (2004) ressaltam seu papel como instrumentos de comunicação e de ensino, permitindo que os estudantes reconheçam características, finalidades e condições de produção dos textos. Essa orientação converge com a BNCC (BRASIL, 2018), que coloca o texto no centro do trabalho pedagógico e propõe a articulação entre diferentes práticas de linguagem.

A leitura crítica exige, ainda, uma atuação docente que reconheça os estudantes como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Freire (1996) relaciona a leitura do mundo à leitura da palavra e enfatiza a reflexão crítica sobre a prática educativa. Pimenta (1999) complementa essa discussão ao destacar os saberes da docência e a identidade profissional, ressaltando que a prática pedagógica envolve conhecimentos teóricos, experiências, valores e análise crítica do próprio trabalho.

Desse modo, o planejamento e a mediação pedagógica devem considerar as singularidades dos alunos e criar condições para sua participação nas práticas de leitura. A articulação entre letramento, gêneros textuais, leitura crítica e formação docente fundamenta propostas que ultrapassem exercícios mecânicos de decodificação e favoreçam a produção de sentidos e o desenvolvimento da autonomia leitora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das práticas pedagógicas evidenciou a relevância de articular alfabetização e letramento por meio de gêneros textuais socialmente situados. O trabalho com textos contextualizados favoreceu a aproximação entre as atividades escolares e as experiências dos estudantes, deslocando a leitura de uma prática centrada apenas na decodificação para uma atividade de construção de sentidos. Esse encaminhamento dialoga com Soares (2004) e Kleiman (2005), ao reconhecer a dimensão social da leitura e a importância de inserir os alunos em práticas efetivas de linguagem.

Entre as experiências desenvolvidas, destacou-se a leitura da obra *A Bela Acordada*, de Lígia Pereira dos Santos. A narrativa, que apresenta uma releitura afrocentrada de um conto clássico por meio da personagem Pérola Negra, possibilitou discussões sobre identidade, diversidade cultural e representatividade. A proposta de reescrita do desfecho ampliou as oportunidades de autoria e criatividade, mobilizando conhecimentos prévios e hipóteses interpretativas dos estudantes. A atividade evidenciou o potencial do texto literário para integrar compreensão leitora, expressão dos estudantes e reflexão sociocultural, em consonância com a BNCC (BRASIL, 2018), que coloca o texto no centro do trabalho pedagógico.

A heterogeneidade da turma exigiu estratégias diversificadas de mediação, como leitura compartilhada, questionamentos orientadores, recursos multimodais e atividades colaborativas. Essas ações ampliaram as possibilidades de participação e compreensão, especialmente ao articular linguagem verbal e visual. A experiência reforça que a inclusão no ensino de Língua Portuguesa depende de práticas que reconheçam as singularidades dos sujeitos e ofereçam diferentes caminhos de acesso aos textos, em consonância com a

compreensão de Freire (1996) sobre a educação como prática dialógica e problematizadora.

Os registros e as atividades analisados indicaram avanços na leitura em voz alta, na fluência leitora e na compreensão textual, além de maior envolvimento quando as propostas dialogavam com o repertório cultural dos estudantes. A mediação docente, por meio de intervenções e perguntas orientadoras, contribuiu para a construção de sentidos e para a interpretação das informações presentes nos textos. Contudo, permaneceram desafios relacionados às diferentes etapas de alfabetização, sobretudo na compreensão de textos mais complexos e na elaboração de respostas interpretativas.

Tais resultados evidenciam a importância da atuação docente na organização de situações de aprendizagem que respeitem os ritmos e as necessidades dos estudantes, confirmando a relevância dos saberes da docência e da identidade profissional discutidos por Pimenta (1999). Assim, o trabalho com gêneros textuais, associado a uma mediação crítica e sensível às singularidades dos alunos, contribui para práticas de leitura mais significativas, inclusivas e socialmente relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação evidenciou que o ensino da leitura e da interpretação textual nos Anos Iniciais exige práticas pedagógicas que articulem alfabetização, letramento e inclusão. O trabalho com gêneros textuais socialmente situados, especialmente a experiência com a obra *A Bela Acordada*, favoreceu a participação dos estudantes, a construção de sentidos e a abordagem de temas relacionados à identidade, à diversidade cultural e à representatividade.

Os avanços observados na fluência leitora e na compreensão textual indicam a relevância da leitura compartilhada, dos questionamentos orientadores, dos recursos multimodais e das atividades colaborativas. Ao mesmo tempo, a permanência de dificuldades entre estudantes com diferentes trajetórias de aprendizagem reforça a necessidade de intervenções contínuas, planejadas e sensíveis às especificidades da turma.

Conclui-se que práticas contextualizadas, inclusivas e socialmente referenciadas podem contribuir para a formação de leitores críticos, autônomos e participativos.

Portanto, esse processo demanda uma atuação docente reflexiva, capaz de articular os fundamentos teóricos às demandas concretas da sala de aula e de assegurar condições equitativas de aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Letramento. Gêneros textuais. Educação inclusiva. Prática docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KLEIMAN, Angela B. **Letramento e formação do professor: quais as práticas e exigências no local de trabalho?** Campinas: Mercado de Letras, 2005.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2004.